

Economia *Brasil* Fórmula para não imitar o México



Confiou demais na poupança de fora, barata a princípio. Erro fatal.

Imitar o México era moderno. Não é mais. Os formadores de opinião e formuladores das políticas oficiais buscam um discurso alternativo. Por que não o Chile? "Não é comparável", diz o primeiro. "Cabe na economia do interior de São Paulo", diz o segundo, um pouco mais entusiasmado com o potencial nacional. "Só com ditadura ou governo forte", pondera o politólogo. E por aí vai. O Brasil parte em busca de um novo modelo, uma nova doutrina assimilável no plano político da democracia, para garantir o crescimento acelerado, com estabilidade de preços.

Resposta simples e barata: por que não olhar à nossa própria volta, sem preconceitos, e então delinear a alternativa? Diagnóstico: nossa poupança é insuficiente, os estímulos para poupar são escassos e a previdência, que seria poupança, não é... Temos ainda estatais demais e eficientes de menos. A topada do México ajuda a entender por onde não começar.

Seria possível crescer sem poupança e sem estabilidade econômica? A resposta direta e clara é que não. O crescimento da renda e dos empregos de qualquer país, em qualquer lugar ou época, é comandado pelas disponibilidades para investir (poupanças de dentro e de fora do país) e da confiança no futuro (estabilidade dos preços e das demais regras do jogo).

Com essa chave do enigma do desenvolvimento na cabeça podemos, então, entender por que o México só cresceu 10% nos últimos quatro anos e ainda quase estourou suas finanças. Confiou demais na poupança de fora, barata a princípio, e fez pouca força para investir através de suas próprias energias internas. Erro fatal. O poupador externo, mesmo aquele que vem para ficar montando fábricas, só acreditará no país que o recebe se os da terra acreditarem antes.

O Chile fez assim. Criou um ambiente favorável à poupança e aos investi-

mentos dos habitantes locais. Pouco a ver com a ditadura então vigente. Muito mais a ver com o bom senso das equipes de governo e, aí sim, uma percepção coletiva de que aquele país estava sozinho, dependente apenas de seu próprio potencial coletivo e, antes de tudo, de um instinto de sobrevivência dos políticos e das elites intelectuais.

O Brasil não precisa ser o Chile para aprender a poupar. O Brasil já poupou mais — não só em cadernetas de pou-

pança, mas através dos lucros retidos das empresas, dos créditos de investimento, das iniciativas habitacionais e de infra-estrutura. O Brasil poupava mais na década de 70 quando os impostos eram mais baixos, o orçamento do governo mais equilibrado e a confiança no futuro mais sedimentada. Para poupar mais, um país deve buscar todas essas metas, mas também instrumentos adequados a alcançá-las, ou seja, mecanismos que facilitam a decisão de poupar. O Brasil tem uma chance de ouro de fazer isso agora. Com a reforma da Previdência Social. Diz-se no governo que a reforma da Previdência no Brasil é necessária porque...o INSS está falido; haverá, no futuro, mais aposentados do que contribuintes; o setor privado é mais eficiente para gerir fundos de pensão etc.

Tudo isso é até possível. Mas não vejo quase ninguém dizendo o essencial: que a atual Previdência Social brasileira não é um sistema que poupa. Ela gasta hoje tudo o que arrecada, vendendo a idéia de futuro "garantido" para seus contribuintes, para financiar o consumo presente dos aposentados de hoje. Eis porque é essencial reformular a Previdência no Brasil. É urgente transformar a Previdência, que hoje não poupa (mas finge e promete que poupa) num sistema que efetivamente poupe para poder bancar os saques do futuro.

Como fazer? O Brasil tem aí a sua grande oportunidade de fazer a maior

revolução social deste fim de século. Dar garantia tangível de futuro a cerca de 30 milhões de contribuintes dos sistemas atuais do INSS e do FGTS. Como? Através dos créditos que cada brasileiro contribuinte tem, hoje, ou terá no futuro, contra esses dois institutos. Tais créditos devem ser convertidos em passe de entrada ao processo da privatização das estatais brasileiras.

Conta simples: o governo é devedor, ao conjunto dos trabalhadores, do patrimônio de depósitos no FGTS (avaliado em mais de US\$ 30 bilhões, mas "sem fundos") e também deve aos futuros aposentados do Brasil, hoje contribuintes do INSS, cerca de US\$ 40 bilhões a US\$ 50 bilhões resultantes dessas contribuições (falo dos aposentados do futuro porque os do presente já têm direito adquirido, intocável).

Tampouco falo da aposentadoria básica, estimada em até três salários mínimos, que estariam fora dessa proposta de reformulação). Pois bem. Há recursos para saldar essa dívida social de quase US\$ 100 bilhões, com o patrimônio das estatais, antes que o governo as venda na próxima esquina, pela primeira oferta para tapar os buracos do orçamento corrente, como se fez, infelizmente, na Argentina.

Como funcionaria esse lastro?

Mais simples ainda. Nenhum depositante do FGTS ou contribuinte do INSS (acima de três mínimos) receberá qualquer ação ou quota-parte direta da Vale do Rio Doce, Petrobrás, Eletronor ou Telebrás. Receberá, sim, um Certificado de Capitalização que o habilitará a compartilhar o capital dessas empresas. Cada indivíduo terá a liberdade de permanecer nos sistemas antigos do INSS ou FGTS, ou deles migrar para o sistema novo de capitalização, com o certificado em mãos. Depositará esse certificado no fundo de pensão público ou privado de sua preferência. E passará a fazer aí novos depósitos por si mesmo e através de contribuições de seu empregador.

Nas situações normais de saque, receberá o valor da sua cota no fundo que, em todas as situações de reformas bem-sucedidas (vide Chile), valorizou-se de 100% a 1.000% sobre o valor original do depósito.

A fórmula de uma privatização popular, acoplada à reforma radical da Previdência e do FGTS é boa porque desobstrui os canais de poupança sem ferir direitos adquiridos. Funciona na democracia! É melhor ainda porque faz as empresas hoje estatais virarem públicas, na verdadeira acepção do termo — empresas do grande público que passa a deter seu capital social. É a solução definitiva para a deflagração de um sistema de poupança interna auto-alimentado, garantia para o crescimento futuro do País.

Cada brasileiro, com seu certificado de privatização em mãos, irá depositá-lo em instituições idôneas, cujos investimentos serão todos avaliados e classificados quanto ao risco dessas aplicações e preservados das antigas falcatruas que já testemunhamos no passado. A massa de poupança voluntária passará a crescer mais rápido e gerar investimentos e mais empregos para mais brasileiros. A ponto de sobrar poupanças no futuro, como hoje no Chile, que investe em outros países o excesso de poupança dos chilenos.

O Brasil tem jeito. Mas tem que ser o jeito certo. A poupança externa é bem-vinda, mas deve ser principalmente aquela que vem suar a camisa como investimento direto. A privatização é necessária, mas não se for feita aos trambolhões, pois resultará em fiasco financeiro e crime de responsabilidade sobre seus executantes.

O Brasil tem pressa, mas só poderá correr sem cair, se a ponte do futuro for sólida, construída sobre alicerces da poupança de milhões de brasileiros participantes da acumulação conjunta de riqueza, registrada em contas individualizadas, nunca mais na mão de governos que acenam com promessas financeiras vazias de conteúdo patrimonial.

Reformas conscientes, privatização para todos, mais poupança coletiva, crescimento sustentado, eis aí um caminho de sucesso garantido. Esta é a hora da decisão. O povo aguarda o governo.

■ Paulo Rabello de Castro é vice-presidente do Instituto Atlântico, chairman da SR Rating e presidente da Academia Internacional de Direito e Economia.